

Um pouco de luz sobre quatro sombras esbatidas

A morte, o martírio, o suicídio e a “eutanásia” nos Padres da Igreja

ALEXANDRE FREIRE DUARTE*

Resumo: Buscando tentar aferir, a partir de uma objetiva de grande abertura, o que é que os Padres da Igreja possam ter dito acerca do que, contemporaneamente, se entende por “eutanásia”, este estudo procura enquadrar os seus ensinamentos acerca dessa temática mediante o articular estes com as ideias, referentes a outras três temáticas, daqueles indissociáveis, seja enquanto expressão de uma relação de associação relativamente causal, seja enquanto testemunho de uma perspectiva de diferenciação clarificadora. A saber: a morte, o martírio e o suicídio. Desta forma, uma abordagem, à partida multifacetada, converge numa visão global e, se não unitária, pelo menos unida, conferidora de um vislumbre pluridimensional acerca da meta fundamental deste trabalho.

Palavras-chave: eutanásia; morte; martírio; suicídio; Padres da Igreja; soteriologia; espiritualidade.

* Especialista em Teologia espiritual (e mística) pela Universidad Pontificia Comillas (Madrid) e Doutor em Teologia pelo mesmo estabelecimento de ensino. Docente na Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa (Braga e Porto) e no Centro de Cultura Católica do Porto.

Abstract: Trying to ascertain, from a large aperture lens, what the Church Fathers might have said about what is, nowadays, understood by the word "euthanasia", this study seeks to outline their teachings about that subject through the articulating of these with the ideas, referring to three other themes, inseparable from those teachings, either as an expression of a relationship of relatively causal association, either as a testimony of a perspective of clarifying differentiation. Namely: death, martyrdom and suicide. In this way, one approach, from the beginning multi-faceted, converges into a global vision and, if not unitary, at least united, provider of a multi-dimensional glimpse about the fundamental goal of this work.

Keywords: euthanasia; death; martyrdom; suicide; Church Fathers; soteriology; spirituality.

«Para mim, como é evidente, a vida é Cristo, e o morrer seria um ganho.»
(*Flp.* 1,21)

Palavras introdutórias

Na sequência de mais um pós-racional delírio social decorrente do marxismo e do relativismo intelectual e cultural que penetraram a sociedade – alimentando-se também das ruínas de um Cristianismo que, infelizmente, ainda vai tardando em o ser de verdade em todas as suas expressões –, voltou ao areópago português o debate sobre a "eutanásia". Privadas, na nossa opinião, da ótica da transcendência estruturante da verdadeira moral e, assim, de uma compreensão da responsabilidade genuína, diversas pessoas passaram a desejar apresentar como progressos humanos o que, na verdade, não são senão retrocessos. Pessoas, essas, ávidas, isso sim, da afirmação de uma série de regras baseadas em antivalores economicistas e utilitaristas, carecidos de pruridos e pensados nomeadamente para assegurarem a sobrevivência político-social dos partidos e grupos sociais a que tais indivíduos pertencem.

Neste cenário – e talvez tendo sido apanhada relativamente desprevenida e, desse modo, a ter de enveredar por uma aparente estratégia de mera reação –, a Igreja Católica, unida a quadrantes ainda sadios da sociedade civil em que aquela também se insere, procurou mobilizar alguns meios – porventura ofuscados, na sua visibilidade, pelos eventos do centenário das visões de Fátima – para tentar fazer passar, novamente, a sua mensagem sobre tal temática. Num tempo em que, pensadas pela psicologia e o marketing, as "palavras de ordem" e as imagens passaram a pesar mais do que a argumentação

lógica, é provável que nem sequer ao mais comum dos seus fiéis tal mensagem chegue e, acaso chegue, é possível que não produza o efeito desejado. Agarremo-nos, porém e ainda que lucidamente, aos sonhos que nos são inspirados pelo grande sonho do Deus-Amor, pois, se não o fizermos, não teremos as forças espirituais necessárias para incarnarmos neste mundo concreto, também e sempre amado por Deus, em que vivemos. Um mundo que vai perdendo densidade, ou adquirindo-a no seu reverso, à mesma rapidez que vai desprezando a sanidade na justa medida em que vai recusando a santidade.

Desde estes pressupostos, e acreditando ainda no poder da palavra e da argumentação pensante, a revista *Humanística e Teologia*, a partir de uma atilada intuição do seu Diretor, decidiu dar a sua contribuição para esse debate, pensando, para o efeito, este seu presente número em que se insere este nosso breve estudo. O mesmo, em última análise, é fruto de termos desejado averiguar o que é que os Padres da Igreja, eventualmente e dentro do panorama da sua reflexão eminentemente soteriológica e espiritual sobre a morte humana, haviam referido, quer sobre o que coevamente se estima com o conceito abrangente de "eutanásia", quer a respeito de algumas problemáticas ligadas a estouta. Com isto em mente, acabámos, desde muito cedo e por motivos facilmente compreensíveis, por nos cruzarmos, na sua delimitação diferenciada, com outras duas questões limítrofes que estarão, igualmente e justamente entre aqueles dois temas, presentes neste texto: o martírio e o suicídio. Em consequência do referido e conforme está patente no título deste estudo, este mesmo será dividido em quatro partes: a morte, o martírio, o suicídio e a "eutanásia", tal como surgem nos Padres da Igreja. Quatro partes que, desde já, admitimos que, também devido à exiguidade temporal que tivemos para a realização do mesmo, surgirão como muito diluídas e, ao mesmo tempo, apontando, muito frequentemente, para generalizações maiores do que aquelas que, noutras condições, nos permitiríamos. E isto, não menos porque – convenhamos – não é de esperar que tudo o que foi veiculado, ao longo de quase oito séculos, acerca de tais assuntos seja facilmente articulado em menos de 70 000 caracteres.

Não se pense, ainda e por favor, que apresentaremos dados profundamente originais sobre tais temas: o que diremos já terá sido certamente alegado por quem se debruçou, mais atempada e extensamente, sobre estas temáticas. Em consequência, o que porventura alguém puder vir a ler neste trabalho não será senão como um conjunto de migalhas ante refeições bem mais faustosas daqueles estudiosos que, bastante mais guarnecidos do que nós, deram o seu tempo à ponderação de como eram abordados aqueles assuntos no Cristianismo do tempo dos Padres da Igreja. De qualquer modo, pouco diremos baseados em tais estudos a que – admitimos – umas vezes

nem pudemos aceder e, outras vezes, não pudemos estudar com o pormenor a que, noutras circunstâncias, nos imporíamos¹. Ou seja: o que viemos a apresentar é mais, muito mais, o fruto de um já, cronologicamente falando, relativamente demorado contacto com os próprios textos dos Padres da Igreja.

Antes de findarmos esta Introdução, gostaríamos de referir, ainda, que este presente estudo é o trabalho, não de um patrólogo nem de um patrólogo que se interessa pela espiritualidade, mas de alguém formado em teologia espiritual que se interessa pelos textos e pelo pensamento dos Padres da Igreja. Em consequência disto, é natural que o mesmo adquira uma feição, mais de estudo de espiritualidade do que de patrística. Se isto é bom ou não, gostaríamos que fossem outras pessoas a dizê-lo, mas cremos que era importante que se tivesse esta realidade bem presente.

1. A morte entre o medo patológico e a páscoa para a Vida

Dizer o que diremos na nossa próxima frase já é fastidioso, mas, enveredando porventura pelo que mais nos fará semelhantes aos trevos de quatro-folhas da teologia portuguesa, não há como o evitar. A morte é, desde que o ser humano é um ser humano, um misterioso interrogante para todo e qualquer sujeito que não viva anestesiado dentro de camadas densas de autoilusões alienantes. Para os Padres da Igreja, mestres naquela fé cristã que receberam e souberam criativamente transmitir e assim na humanidade que em Cristo Jesus encontrou e encontra a sua máxima expressão, não poderia ser diferente.

É de relativo consenso que a morte surge intimamente ligada, na consideração daqueles autores, ao pecado ancestral, narrado – mormente no relato simbólico de eventos reais dos primeiros capítulos do *Livro do Génesis* – e comentado – particularmente no quinto capítulo da *Carta aos Romanos* – na Sagrada Escritura. Já a natureza de tal morte, do sentido de referida relação causal entre esta e o pecado e, por fim, das suas consequências, é mais dificilmente consensual. De todos os modos, talvez se possa dizer que o ser humano é, nos Padres da Igreja, tido como não tendo sido suscitado plenamente mortal, nem plenamente imortal, mas capaz de ambas as realidades².

¹ Como não citaremos as suas obras, nem as elencaremos numa bibliografia final – que, somente com as fontes patrísticas por nós citadas ou aludidas, faria aumentar em demasia a extensão deste trabalho –, deixamos aqui um elenco de alguns dos autores que, num ou noutro momento, acompanharam a nossa reflexão para a elaboração deste estudo: AMUNDSEN, Darrel W.; DROGE, Arthur; FERNGREN, Gary B.; LARCHET, Jean-Claude; MOSS, Candida C.; PELIKAN, Jaroslav; TABOR, James.

² Cf. TEÓFILO DE ANTIOQUIA – *Ad Autolycum*, 1, 24. De notar que, por uma economia de caracteres, ao longo deste estudo apenas apresentaremos as nossas alusões às obras que

De modo mais claro, estima-se que o mesmo foi criado imune à necessidade de morrer e, assim, potencialmente imortal; isto é, capaz de, pelo seu livre-arbítrio, inclinar-se ou para a mortalidade, ou para a imortalidade³. Vale dizer, mais do que afirmar-se que foi criado imortal, o correto seria afirmar-se que o ser humano, para tais autores, foi criado tendo em vista uma imortalidade em Deus. E este facto, porquanto passível de participar na própria imortalidade d'Este mediante a assunção, quer dos dons da Sua graça, quer do poder do amor provindo do próprio Deus-Filho, que, justamente e enquanto elemento constitutivo daquela graça, lhe permitem poder ser pessoalmente imortal⁴.

Mas de que imortalidade se está a falar aqui? Que imortalidade é aquela à qual os Padres da Igreja dão a sua máxima atenção? A que desconhece a morte biológica? Não se pode negar que esta perspetiva surja em distintos autores que formam o leque daqueles que se consagraram eclesialmente, e ao longo do tempo, como "Padres da Igreja". Contudo, lendo com atenção *Gn.* 2,17, estes focam a sua atenção principalmente na mais grave de todas as mortes: não a morte físico-biológica, mas a morte espiritual negativa ou pecado (cf. *Mt.* 10,28)⁵. Aquela morte que teve na sua génese uma atitude humana ou de desobediência, ou de orgulho, mas, em qualquer destes dois casos, sempre decorrente de o ser humano se ter deixado seduzir pela ambição de ser, apressadamente, Deus, no lugar de Deus e sem Deus⁶.

É precisamente tal morte espiritual negativa que transforma a morte biológica num drama, tangencialmente trágico, a si conseqüente e que, tal como aqueloutra e na linha de *Sb.* 1,13s os Padres da Igreja não deixam de recordar – face a todas as formas de pessimismo e, em alguns casos extremos, até de dualismo metafísico –, não tem em Deus o seu autor⁷, sendo que afirmar o

fundamentaram a nossa reflexão no final de cada porção significativa do nosso texto e somente mediante três elementos. A saber: o nome dos autores de tais obras, os títulos destas e, enfim, as divisões internas clássicas das mesmas. Este procedimento só não será seguido quando a extensão do texto da divisão interna das mencionadas obras, nas fontes que tivermos utilizado, for demasiado extensa para uma fácil e rápida localização.

³ Cf. CIPRIANO DE CARTAGO – *De bono patientiae*, 17; METÓDIO DE OLIMPO – *Convivium decem virginum*, 3, 6; AGOSTINHO DE HIPONA – *De correptione et gratia*, 12, 33.

⁴ Cf. ATANÁSIO DE ALEXANDRIA – *Contra gentes*, 2; GREGÓRIO DE NISSA – *Oratio catechetica magna*, 5, 6; 8, 5.

⁵ Cf. ATANÁSIO DE ALEXANDRIA – *De incarnatione Verbi*, 3, 5.

⁶ Cf. AGOSTINHO DE HIPONA – *De Genesi ad litteram*, 8, 14; AMBRÓSIO DE MILÃO – *Expositio in Psalmum CXVIII*, 7s; GREGÓRIO DE NAZIANZO – *Orationes*, 39, 13; MÁXIMO O CONFESSOR – *Ambigua*, PG 91, 1156C.

⁷ Cf. BASÍLIO DE CESAREIA – *Homiliae: Quod Deus non est auctor malorum*, 2; 6; GREGÓRIO DE NISSA – *Oratio catechetica magna*, 7, 1.

oposto seria «negar a Sua bondade»⁸. De igual modo, Este não é o autor das realidades que são, pelos Padres da Igreja e de um modo mais ou menos direto, a elas associadas, como, entre outras, a corrupção, a dor, o padecimento, a doença e, evidentemente e como matriz das demais, o já mencionado pecado⁹. Neste registo, todas estas realidades como que constituem, ou dão forma, a um mal que não existe como uma entidade em si mesma, mas apenas, e na medida em que decorrente de um afastamento voluntário de Deus, como uma ausência, verdadeiramente contranatura, de um bem que tem a sua fonte no Bem que decorre do Amor que Deus é¹⁰.

Na realidade, a não ter existido tal mencionado afastamento ou morte espiritual negativa – que projeta, infelizmente para si, o ser humano para a terra e não para um Céu que, sendo o próprio Deus, é a meta desejada por Este para toda a humanidade (cf., *v.g.*, *1Tm.* 2,4; *2Pd.* 3,9) –, a morte biológica, a ter sido eventualmente algo decorrente do facto de o ser humano ser igualmente um corpo constituído por partes perecíveis, teria podido ser encarada e vivida com a mesma simplicidade e naturalidade com que se dorme¹¹. Todavia, o ser humano, devido à sua capacidade autodeterminativa de realizar escolhas deliberativas, que lhe poderiam ter permitido ser livre e responsável no seu querer e poder (cf. *Sir.* 15,11.15), acabou, não por usar mal a liberdade, mas por recusar usar a mesma¹², naquilo que levou a que se «espalha[ssem]», qual feia máscara, os vícios sobre a beleza da imagem¹³. Deparamo-nos aqui, por sinal e no que faz do sujeito o responsável da pena que sobre si carrega (cf. *Sal.* 7,16s), com uma realidade concomitante à ocorrência de a humanidade ter rejeitado a já mencionada graça protetora e conferidora de um potencial de inseparabilidade de Deus¹⁴.

Pode-se dizer, portanto, que, em consequência do apontado precedentemente, o ser humano entrou numa condição, muito diferente da originalmente

⁸ DIONÍSIO PSEUDO-AREOPAGITA – *De divinis nominibus*, 4, 21, PG 3, 724A. É de ter em conta que as traduções dos textos transcritos neste trabalho são da nossa estrita responsabilidade.

⁹ Cf. GREGÓRIO DE NISSA – *Epistulae*, 3, T; JOÃO CRISÓSTOMO – *Homiliae de statuis*, 11, 2; MÁXIMO O CONFESSOR – *Quaestiones ad Thalassium*, 21; 42.

¹⁰ Cf. GREGÓRIO DE NISSA – *Oratio catechetica magna*, 8, 12; AGOSTINHO DE HIPONA – *De Genesis ad litteram*, 6, 25; DIONÍSIO PSEUDO-AREOPAGITA – *De divinis nominibus*, 4, 26; MÁXIMO O CONFESSOR – *Quaestiones ad Thalassium*, Prólogo.

¹¹ Cf. BASÍLIO DE CESAREIA – *Homiliae in Hexaemeron*, 2, 4s; JOÃO DAMASCENO – *Expositio Fidei orthodoxae*, 2, 30-3, 1.

¹² Cf. TERTULIANO DE CARTAGO – *Adversus Marcionem*, 2, 5; JOÃO CRISÓSTOMO – *Homiliae in Genesim*, 17, T; MÁXIMO O CONFESSOR – *Capita theologica*, 1, 11.

¹³ GREGÓRIO DE NISSA – *De hominis opificio*, 18, PG 44, 193C-D.

¹⁴ Cf. IRENEU DE LYON – *Adversus haereses*, 4, 38, 4; CLEMENTE DE ALEXANDRIA – *Paedagogus*, 1, 8, 69; GREGÓRIO DE NISSA – *De virginitate*, 12, 2; JOÃO CRISÓSTOMO – *Homiliae in Genesim*, 16, 5; MÁXIMO O CONFESSOR – *Quaestiones ad Thalassium*, 61.

intencionada por Deus, em que o que lhe era natural passou a estar misturado com o antinatural, levando aquele a começar a encarar a morte biológica como uma ameaça inspiradora de um medo escravizante (cf. *Hb.* 2,14s)¹⁵. Uma mescla, por conseguinte, entre, por um lado, algo de degenerado e, por outro lado, uma natureza humana essencialmente criada como boa e bela, pois à imagem semelhante da de Deus (cf. *Gn.* 1,26s) não menos para poder auxiliar o Criador na Sua própria ação criadora, tal como se vê, por exemplo, na missão de nomear os animais, a qual é entendida, por distintos Padres da Igreja, como uma participação – através do dar o nome àquilo a que Deus, precedentemente, dera a vida – na própria sabedoria divina¹⁶. Medo, referimos nós mais acima, resultante da situação de o ser humano ter passado a estar entregue a um domínio das presas da morte que tal mesmo receio – originalmente antinormal (não nos esqueçamos) – perante essa mesma morte acarreta, enquanto correlacionado com o instinto egoísta de conservação, o qual, por seu lado, leva a todos os demais vícios espirituais¹⁷.

Deve-se, no presente, acrescentar que estes imediatamente antes aludidos vícios, ou paixões espirituais patológicas, afetam, em primeiro lugar, cada ser humano que traz sobre si a lei da morte «no país dos mortais»¹⁸, conquanto a ela adere voluntariamente ao querer fugir da morte pelo pecado com que a deseja seduzir para ser sua amiga (cf. *Sir.* 15,11-20; *Sb.* 1,16-2,20)¹⁹. Mas também, depois e derivadamente, a todo um Cosmos – de que a materialidade do corpo daquele é uma pequena porção indivisível – que passa a estar sob o jugo da frívola vacuidade do desamor do ser humano (cf. *Rm.* 8, 19-22)²⁰. Efetivamente e segundo os Padres da Igreja, o ser humano, a nível individual, e a humanidade como um todo passaram a tentar engendrar estratégias que permitissem a libertação, não só de tal medo, mas igual e quimericamente da morte biológica e daquilo que esta lhes parecia tornar próximo, mormente o sofrimento e a diminuição da fruição do prazer²¹. Não obstante, a busca de tais mecanismos de sobrevivência psicológica e temporal apenas foi alimentando – num encadear de ilusões que se converteram num encadeamento de

¹⁵ Cf. ATANÁSIO DE ALEXANDRIA – *De incarnatione Verbi*, 10; GREGÓRIO DE NISSA – *Oratio catechetica magna*, 7, 9; DOROTEU DE GAZA – *Doctrinae diversae*, 1, 1.

¹⁶ Cf. LEÃO MAGNO – *Sermones*, 12, 1; MÁXIMO O CONFESSOR – *Quaestiones ad Thalassium*, 41; BASÍLIO DE SELEUCIA – *Orationes*, 2.

¹⁷ Cf. TEÓFILO DE ANTIOQUIA – *Ad Autolycum*, 2, 25; MÁXIMO O CONFESSOR – *Quaestiones ad Thalassium*, 21; 61; ISAAC DE NÍNIVE – *Mystic Treatises*, 38; 63.

¹⁸ AGOSTINHO DE HIPONA – *In evangelium Ioannis tractatus*, 124, 5, *PL* 35, 1974.

¹⁹ Cf. TEODORO DE MOPSUÉSTIA – *In Epistolam ad Romanos*, 6, 6; TEODORETO DE CIRO – *Interpretatio Epistolae ad Romanos*, 5, 12s.

²⁰ Cf. JOÃO DAMASCENO – *Expositio Fidei orthodoxae*, 2, 30.

²¹ Cf. MÁXIMO O CONFESSOR – *Quaestiones ad Thalassium*, Prólogo; 61.

desilusões só disfarçáveis por mais ilusões repletas de desamor – a força que a «dura escravidão da morte»²², aliando-se à inclemente *filautia* e a um des-norte da consciência espiritual e moral, possuía sobre o ser humano²³. E isto, porquanto tais enredos, focados exata e especialmente em indiscretas buscas do prazer e fugas do sofrimento, não redundam, em qualquer circunstância, senão num reforçar do que comunica a morte espiritual negativa, potenciando – cada vez mais e num vicioso, e viciante, mecanismo de bola de neve – a que a morte biológica pudesse, por fim, cristalizá-lo numa perene separação do Deus que é Vida e, assim, da Vida de Deus²⁴.

Em todo o caso, é justamente a partir desta conjuntura concreta de uma existência pós-lapsária que os Padres da Igreja maiormente se focam, a partir de uma perspectiva eminentemente espiritual e soteriológica, na sua ponderação acerca da morte biológica humana. Esta morte, em tal contexto, surge-lhes como algo inerente a uma existência humana suscitada a partir do nada e constituída por um corpo material enfim perecível, como todo o restante Universo, e por uma alma imortal – seja por natureza, seja por dom de Deus –, os quais, naquela morte, se separam até se poderem voltar a reencontrar aquando da ressurreição definitiva que, estimava-se geralmente, precederia o juízo final²⁵.

A supracitada separação poderia, como dissemos algumas linhas mais acima, vir a afastar irremediavelmente o ser humano do seu Criador, contudo Este mesmo – por um amor desmedido que só não parece louco, nem «excita a [...] admiração»²⁶, a quem não sabe, ainda que incoativamente, o que é a lúcida loucura do amor – decidiu vencê-la – e, desse modo, prostrar o que dela é sinónimo (a morte biológica) –, ao derrotar aquilo que, em última análise, a provocava: o pecado, o desamor ou a morte espiritual negativa²⁷. Com a Sua encarnação-pascal convergente, por dinamismos a Si endógenos (o amor divino) e exógenos (o desamor humano), na Sua morte ressuscitante – plenitude

²² TEODORETO DE CIRO – *De incarnatione Domini*, 28, PG 75, 1468D.

²³ Cf. ATANÁSIO DE ALEXANDRIA – *Contra gentes*, 4, 8; GREGÓRIO DE NISSA – *De hominis opificio*, 20.

²⁴ Cf. JOÃO CRISÓSTOMO – *Homiliae de statu*, 11, 2.

²⁵ Cf. PSEUDO-ATENÁGORAS DE ATENAS – *De resurrectione mortuorum*, 25; JUSTINO DE SIQUÉM – *Dialogus cum Tryphone judaeo*, 6; TEÓFILO DE ANTIOQUIA – *Ad Autolyicum*, 1, 7; IRENEU DE LYON – *Adversus haereses*, 1, 22, 1; TERTULIANO DE CARTAGO – *Adversus Marcionem*, 5, 9; IDEM – *Adversus Hermogenem*, 1; CIPRIANO DE CARTAGO – *Epistolae*, 58, 10; ATANÁSIO DE ALEXANDRIA – *Contra gentes*, 32s; IDEM – *De incarnatione Verbi*, 4, 6; CIRILO DE JERUSALÉM – *Catecheses*, 4, 18s; AGOSTINHO DE HIPONA – *De Genesis ad litteram*, 6, 25; IDEM – *De vera religione*, 18, 35s.

²⁶ BASÍLIO DE CESAREIA – *Regulae fusius tractatae*, 2, 3, PG 31, 913C.

²⁷ Cf. IRENEU DE LYON – *Adversus haereses*, 3, 18, 7; GREGÓRIO DE NAZIANZO – *Orationes*, 12, 4.

da expectativa divina pelo arrependimento do ser humano, já patente no deambular do próprio Deus pelo Jardim do Éden –, Deus-Filho vence a morte²⁸. De facto, «fazendo-Se homem para libertar o homem da morte eterna»²⁹ precisamente «pela Sua morte»³⁰, Ele vence-a, seja na sua dimensão espiritual, seja na sua dimensão biológica. Vejamos isto, com algum detalhe e por comodidade a nível da nossa apresentação, nos próximos dois parágrafos deste estudo.

Ele vence aquela aduzida primeira dimensão da morte, pois assumindo, no Seu amor infinito, o desamor, aniquila-a pela Sua morte espiritual positiva que acarreta consigo um «julg[amento] [a]o julgamento»³¹ e uma morte à morte³², «infundindo [ao mesmo tempo] a alegria da eternidade prometida»³³. Por esta realidade – ansiada e tateada por inúmeras religiões, mas só realizada, e de uma vez por todas (cf. *Hb.* 7,27), em Cristo Jesus – é re-comunicada ao ser humano a possibilidade de, associando-se à Sua morte vivificadora, viver uma morte espiritual positiva, concomitante ao passar de uma existência animal e velha para outra espiritual e nova (cf., *v.g.*, *1Cor.* 5,7; 15,44; *2Cor.* 5,17)³⁴.

Já no que concerne à segunda dimensão da morte, Deus-Filho incarnado vence-a, não no sentido de ter retirado ao ser humano a inevitabilidade de ter de falecer biologicamente, mas de, uma vez falecendo no seio de uma ressurreição comunicável – que não é senão a entrada numa vida definitiva em Deus, inerente ao original desígnio amoroso d'Este, estabelecido no pré-eterno Concílio divino –, não mais ter de voltar a falecer (cf. *Hb.* 9,27)³⁵. Deste modo, o ser humano passou a – na condição incontornável de seguir a Cristo Jesus, a ponto de ser revestido pela paixão e morte-ressuscitante do Mesmo – poder viver, não sem o medo natural da morte biológica – que, esse, até se pode dizer que Aquele viveu (cf. *Lc.* 22,42ss) e alguns Padres da Igreja estimam como normal e incensurável –, mas sem o medo patológico das garras da «horível morte»³⁶, as quais poderiam, na ocasião daqueloutra e como já indicámos distintas vezes, imobilizar para a eternidade a sua eventual condição de apartamento de Deus³⁷.

²⁸ Cf. PSEUDO-ORÍGENES DE ALEXANDRIA – *De recta in Deum fide*, 1, PG 11, 1744C-1745B.

²⁹ LEÃO MAGNO – *Sermones*, 21, 2, PL 54, 191C.

³⁰ AGOSTINHO DE HIPONA – *In evangelium Ioannis tractatus*, 84, 2, PL 35, 1847.

³¹ MÁXIMO O CONFESSOR – *Quaestiones ad Thalassium*, 42, PG 90, 408D.

³² Cf. EFRÉM DE NÍSIBE – *Hymnes sur la Nativité*, 2.

³³ LEÃO MAGNO – *Sermones*, 21, 1, PL 54, 190D-191A.

³⁴ Cf. JOÃO CRISÓSTOMO – *Homiliae in Epistolam secundam ad Corinthios*, 11, 2.

³⁵ Cf. IRENEU DE LYON – *Adversus haereses*, 4, 37; TEODORETO DE CIRO – *Epistolae*, 8; JOÃO DAMASCENO – *Pro sacris imaginibus orationes*, 1, 10.

³⁶ LEÃO MAGNO – *Sermones*, 73, 2, PL 54, 395B.

³⁷ Cf. CIPRIANO DE CARTAGO – *De mortalitate*, 14; JOÃO CRISÓSTOMO – *Homiliae in Epistolam ad Hebraeos*, 17, 4; IDEM – *Expositio Fidei orthodoxae*, 3, 20; AGOSTINHO DE HIPONA – *In*

É exatamente a partir deste específico cenário salvífico, em que se celebra «a destruição do império da morte»³⁸, que distintos Padres da Igreja, não tão pouco significativos quanto se poderia pensar à primeira vista, releem a história ancestral da relação de amor entre Deus e a humanidade e reconsideram o sentido e a finalidade da morte biológica. Na verdade, os mesmos passam a considerar tal morte – sempre e ainda potencialmente dramática, mas não mais trágica –, não tanto como o castigo de um Deus que na Cruz Se revelou maximamente como Amor eterno e infinito (cf. *Jo.* 3,16; *1Jo.* 4,8.16), mas mais como um admirável dom comunicado por um gesto do Seu amor misericordioso³⁹. Embora até porventura camuflado sob a máscara de uma punição, justamente para não fortalecer as cadeias da morte espiritual negativa, tal dom da misericórdia divina – resultante, como em toda a misericórdia, do entrecruzar do amor mais efetivo com a compaixão mais córdica – impediu, em derradeira análise, que cada ser humano vivesse, indefinidamente e sobre a Terra, numa condição de morte espiritual negativa com tudo o que esta passou a comportar de penoso para o mesmo. De facto, a morte biológica começa a ser estimada, por diversos Padres da Igreja, como: um apelo à conversão ante um momento-último que se sabe que chegará; o que impede que o ser humano peque ilimitadamente; aquilo que coíbe o pecado de escravizar ilimitadamente cada ser humano; o que impede de se padecer indefinidamente doenças; e, enfim, a porta para a imortalidade⁴⁰.

A morte a surgir, por conseguinte e como acabámos de ver, sob a feição de uma quase que mãe-morte, a qual, na linha das contínuas mortes espirituais positivas quotidianas que todos podem e devem levar a cabo pelas suas decisões co(m)-crucificantes, permite o nascimento definitivo para a Vida em Deus mediante uma páscoa que todos deveriam desejar viver de um modo tão humano quão divino. A saber: aquela, a poder ser preparada por todo um conjunto de exercícios espirituais que permitem ir principiando a encará-la com os mesmos olhos com que Deus a pondera, de uma vida transiente para, no corpo perfeito de Cristo Jesus e no «pleroma da [nossa] natureza»⁴¹, a única Vida, tão

evangelium Iohannis tractatus, 123, 5; MÁXIMO O CONFESSOR – *Quaestiones ad Thalassium*, 63; IDEM – *Opuscula theologica et polemica*, 24; IDEM – *Disputatio cum Pyrrho*, PG 91, 297C.

³⁸ GREGÓRIO DE NISSA – *Orationes: In sanctum Pascha*, 1, PG 46, 604C.

³⁹ Cf. JOÃO CRISÓSTOMO – *Homiliae in Joannem*, 28, 1ss; AGOSTINHO DE HIPONA – *In evangelium Iohannis tractatus*, 12, 12.

⁴⁰ Cf. BASÍLIO DE CESAREIA – *Homiliae: Quod Deus non est auctor malorum*, 8; GREGÓRIO DE NISSA – *Oratio catechetica magna*, 35; JOÃO CRISÓSTOMO – *Homiliae in Matthaeum*, 34, 4; TEODORO DE MOPSUÉSTIA – *Fragmenta in Genesim*, 3; TEODORETO DE CIRO – *Interpretatio in Psalmos*, 50, 7; ISAAC DE NÍNIVE – *The Second Part: chapters IV-XLI*, 39, 4.

⁴¹ GREGÓRIO DE NISSA – *De hominis opificio*, 22, PG 44, 204D.

espiritual quão corporal, que não tem fim e que, ao mesmo tempo, está desprovida de dor, tristeza e lágrimas (cf. *Ap.* 21,4), por ser sinónima do eterno dinamismo de Amor que Deus é⁴². Eis, em suma, a única «boa morte [...] [que] pela sepultura dos vícios e a ressurreição das virtudes [...] [permite] que obtenhamos aquela vida boa»⁴³ que deve estar sempre presente à consciência de todo e qualquer crente, e isto também na consideração da sua morte.

2. O martírio entre a apostasia e a provocação

No horizonte antes delineado da expectativa de uma vida em Cristo Jesus que fosse perene, surge o modo como os cristãos, conscientes certamente da existência de realidades históricas análogas e precedentes às suas⁴⁴, começaram a encarar e a refletir o drama do martírio que passaram a viver nas suas comunidades, fruto de perseguições mais ou menos diretamente dirigidas contra si. É importante reter, desde logo, que a tendência geral dos Padres da Igreja, em conformidade com os ensinamentos das Escrituras, era estimar que o martírio não devia ser procurado, muito menos provocado por uma qualquer indiscreta busca suicida⁴⁵. Quem assim o fizesse, buscando a confrontação e a provocação, tornava-se conivente com os males que lhe eram desejados comunicar e com os pecados daqueles que lhe infligiam, ou infligiriam, tais males⁴⁶. Com a rejeição de tal convivência – e embora se constate que há uma recusa, total e frontal, do senhorio imperial –, advinha a afirmação do respeito pelo poder dos governantes (cf. *Rm.* 13,1-5; *Tt.* 3,1; *IPd.* 2,13s) e, a par, até todo um conjunto de palavras e atos de comiseração para com os acusadores e verdugos, que deviam ser encarados com gentileza, humildade e serenidade (cf. *Mt.* 5,44; *Rm.* 12,14.20)⁴⁷.

Sendo como acabámos de enunciar, afirmou-se que o martírio devia, isso sim – e enquanto forma, discernida e racional, de testemunhar a fé até

⁴² Cf. ORÍGENES DE ALEXANDRIA – *Homiliae in Leviticum*, 7, 2; JOÃO CRISÓSTOMO – *Sermones de consolatione mortis*, 1, 6; IDEM – *Homiliae in Epistolam secundam ad Corinthios*, 10, 1; AGOSTINHO DE HIPONA – *Enarrationes in Psalmos*, 37, 7; MÁXIMO O CONFESSOR – *Ambigua*, PG 91, 1361C.

⁴³ AMBRÓSIO DE MILÃO – *De bono mortis*, 3, 9; 4, 15, PL 14, 543; 547.

⁴⁴ Cf. CLEMENTE DE ALEXANDRIA – *Stromates*, 1, 14, 19; TERTULIANO DE CARTAGO – *Ad nationes*, 1, 4; ATANÁSIO DE ALEXANDRIA – *Contra gentes*, 10; EUSÉBIO DE CESAREIA – *Historia ecclesiastica*, 3, 16, 23.

⁴⁵ Cf. ANÓNIMO – *Martyrium Polycarpi*, 1, 1; 22, 1.

⁴⁶ Cf. CLEMENTE DE ALEXANDRIA – *Stromata*, 4, 76, 1-4, 77, 2.

⁴⁷ Cf. INÁCIO DE ANTIOQUIA – *Epistola ad Ephesios*, 10; ANÓNIMO – *Acta martyrum Scyllitanorum*.

ao extremo máximo da vida –, ser aceite quando, porventura, se apresentasse face a uma alternativa constituída pela renúncia da fé em Jesus Cristo e no Deus em Si revelado, a qual, a ser preferida, estabeleceria uma apostasia que, tão ontem como hoje, aparta o sujeito de Deus e o pode privar, para sempre, da vida eterna (cf. *Mt.* 10,33; *Lc.* 12,9)⁴⁸. Era diante de Cristo Jesus que o sujeito tinha de se decidir na linha de O negar ou confessar, e o facto é que o próprio Cristo Jesus não foi em busca dos soldados ou dos magistrados, tendo-Se inclusive afastado quando encontrava hostilidade e incompreensões flagrantes face à Sua missão (cf. *Mt.* 4,12) – exatamente como fará, depois, Paulo (cf. *At.* 9,23ss; 17,5-10). Jesus deixou-Se somente apreender quando vislumbrou que havia chegado, finalmente, a Sua hora de testemunhar, do modo mais absoluto e irrestrito, o ilimitado amor – que é sempre um fazer a vontade do amado – de Deus por todo e cada ser humano, e isso mediante o entregar livremente a Sua Vida à humanidade ao mesmo tempo, e na mesma ação, em que esta desejava tirar-Lhe a Sua vida (cf. *Jo.* 10,18)⁴⁹.

Deste modo, reforçou-se a convicção de que o martírio segundo o Evangelho, justamente o único exemplar e modelar, era, e ainda é nos nossos dias, aquele que era vivido – voluntariamente, mas não procurado ostensivamente – pelo crente como meio de testemunhar incondicionalmente, a Cristo e aos demais, a sua fidelidade e o seu amor a Deus⁵⁰. E isto, na linha do já mencionado, até à aceitação de uma morte inevitável que lhe quisessem comunicar, porquanto, nessas circunstâncias e apenas nessas circunstâncias, fugir ao martírio seria negar a própria identidade cristã do sujeito⁵¹: «não posso ser nada mais do que aquilo que sou, cristã[o]»⁵². Tal negação, só decorrente de um apegar-se a si mesmo até se recluir a morte (cf. *Ap.* 12,11) em vez de se amar a Deus até se desapegar de si, não era possível para quem amava plenamente a Cristo Jesus, do mesmo modo que um vaso, a não ser que fosse destruído, nunca poderia deixar de ser um vaso⁵³.

Eis, precisamente e contra assimilações equívocas nem sempre inculpáveis, o que distingue inequivocamente o martírio do suicídio, pois no caso do

⁴⁸ Cf. CLEMENTE DE ALEXANDRIA – *Stromata*, 4, 42, 5; 7, 11, 66; TERTULIANO DE CARTAGO – *De praescriptione haereticorum*, 36, 5; ORÍGENES DE ALEXANDRIA – *Commentaria in Evangelium Joannis*, 2, 28; IDEM – *Contra Celsum*, 8, 38.

⁴⁹ Cf. JOÃO CRISÓSTOMO – *Homiliae in Joannem*, 60; AGOSTINHO DE HIPONA – *Sermones*, 138.

⁵⁰ Cf. ANÓNIMO – *Martyrium Polycarpi*, 1, 2; 1, 4; 19, 1.

⁵¹ Cf. CLEMENTE DE ALEXANDRIA – *Stromata*, 4, 4, 1ss; EUSÉBIO DE CESAREIA – *Historia ecclesiastica*, 5, 1, 9; 5, 1, 17; 5, 1, 49.

⁵² ANÓNIMO – *Passio Perpetuae et Felicitatis*, 3, 2.

⁵³ Cf. ANÓNIMO – *Acta martyrum Scillitanorum*; ANÓNIMO – *Passio Perpetuae et Felicitatis*, 3, 2; AGOSTINHO DE HIPONA – *De civitate Dei*, 14, 28.

mártir a finalidade da aceitação da morte não é esta, mas o testemunho da sua fé; da sua crença amorosa em Cristo Jesus⁵⁴. Como vemos, estamos perante um equilíbrio entre, por um lado, os que buscavam suicidária e exoticamente o martírio, como era comum em algumas práticas pagãs, e, por outro lado, os que, ultimamente, se revelavam como hereges ao dele fugirem por, e com, cobardia⁵⁵.

Na realidade, a anteriormente mencionada noção de inevitabilidade é importante, pois admitia-se – ainda que com algumas exceções, nem sempre absolutas, como a daqueles que estimavam a perseguição como boa em si mesma e que só o martírio era desejado pelo Espírito – que sempre que se pudesse fugir do martírio, sem que com isso se estivesse a trair a própria missão a si confiada por Deus, era uma realidade admissível e até evangelicamente acertada (cf. *Mc.* 13,14), sobretudo se o não fugir pudesse levar àquela já aduzida apostasia material⁵⁶. Neste delineado horizonte, os responsáveis das comunidades cristãs deviam assumir que sobre eles pesava um encargo vocacional maior e, assim, reconhecer que a sua fuga, fora daquele contexto, era particularmente grave: «se o bom Pastor, que deu a vida pelas Suas ovelhas, suscitou tantos mártires, quão mais devem pugnar até à morte, pela verdade, e até ao derramar do sangue, aqueles a quem Cristo encarregou de apascentar as Suas ovelhas, ou seja, instruí-las e guiá-las?»⁵⁷. Seja como for e naquele antes alegado sentido, considerava-se, por vezes, o martírio como dependendo, não propriamente, nem apenas, do sujeito, mas de um dom propriamente vocacional da graça de Deus, o qual devia ser encarado sem se ter como fito uma qualquer recompensa divina, antes carecendo ser vivido, por decorrer do amor e mesmo quando se pudesse acreditar nos frutos da perseverança, com um «desinteresse absoluto»⁵⁸ que era tido como sinónimo, e expressão, da busca do próprio bem⁵⁹.

Perante o exposto, surge aquilo que conformava o martírio como uma realidade entendida em três grandes vertentes, as quais quase que funcionam como um sistema inter-relacionado de identificação e atestação da verdadeira religião e, inclusivamente, dos verdadeiros cristãos: a de sacrifício, a de vitória

⁵⁴ Cf. CLEMENTE DE ALEXANDRIA – *Stromata*, 4, 16, 3; 4, 17, 1ss; ANÓNIMO – *Acta Justini* (A), 6.

⁵⁵ Cf. CLEMENTE DE ALEXANDRIA – *Stromata*, 4, 16s.

⁵⁶ Cf. TERTULIANO – *De fuga in persecutione*, 4; 5, 1; 9, 4; IDEM – *Ad uxorem*, 1, 3; ANÓNIMO – *Martyrium Polycarpi*, 4; 6s; ANÓNIMO – *Passio sanctarum virginum Agapis, Chioniae et Hirenae*, 1, 2; ATANÁSIO DE ALEXANDRIA – *Apologia de fuga sua*, 17.

⁵⁷ AGOSTINHO DE HIPONA – *In evangelium Ioannis tractatus*, 123, 5, PL 35, 1969.

⁵⁸ AGOSTINHO DE HIPONA – *Sermones*, 295, 1, PL 38, 1348.

⁵⁹ Cf. CLEMENTE DE ALEXANDRIA – *Stromata*, 4, 14, 1; CIPRIANO DE CARTAGO – *Ad Fortunatum*, Prefácio, 4; IDEM – *De mortalitate*, 17; ANÓNIMO – *Acta Justini* (B), 5, 2.

sobre o mal e a de modelo imitável (pelos demais) pois imitante (de Cristo Jesus). Vejamos isto, com algum pormenor, até ao final deste apartado.

Embora não fosse elevado acima de outras práticas tidas igualmente como sacrificiais, na medida em que eram oferendas de si a Deus, o martírio aparece, nas obras que pudemos ler, com umas imensamente significativas texturas de sacrifício, libação e resgate para os cristãos, expressas em tons muitas das vezes propriamente litúrgicos e até eucarísticos – que conferiam, em consequência, uma missão quase sacerdotal ao mártir –, sempre penetrados por um amor que alimentava o desejo ego-desinteressado de se ser salvo e de se salvar o próximo⁶⁰. Um amor, principalmente a Deus e a Cristo Jesus, mas igualmente a tal próximo, a quem o acolher do martírio testemunhava performativamente a Vida, a ponto de se ter dito que ser-se mártir por Cristo era como morrer esse próximo, pois Cristo – sendo, no Seu movimento de a todos procurar, o próximo por excelência de todos (cf. *Mt.* 18,11; *Lc.* 10,30-37) – identificou-Se com todo e qualquer ser humano⁶¹.

Convém advertir que tudo isto que acabámos de apontar não surge particularmente no sentido de se querer dizer que o mártir pudesse expiar, por esse gesto, o pecado dos demais – pois admitia-se pacificamente que o seu sangue não podia redimir ninguém –, ou, sequer, o seu próprio pecado de um modo isolado da graça divina⁶². E isto, mesmo que esta mesma graça, ao permitir que o martírio seja como uma espécie de Batismo somático-simbólico definitivo, como que garantisse a certeza de uma ressurreição imediata na morte⁶³. Aquilo que apontámos no parágrafo anterior surge, isso sim e muito mais segundo a nossa melhor interpretação, como uma forma de se narrar e explicar teologicamente a assunção do mártir a um Céu que Deus é; isto é, de, mediante aquela associação entre o martírio e o sacrifício, se mostrar que no ápice da «perseguição fecha-se o mundo, mas abre-se o Céu [...]»; é infligida a morte, mas adquire-se a imortalidade; o mundo é retirado àquele que é morto, mas o paraíso é-lhe restaurado; a vida temporal extingue-se, mas a vida da eternidade é realizada»⁶⁴.

⁶⁰ Cf. INÁCIO DE ANTIOQUIA – *Epistula ad Romanos*, 2, 2; 4, 1; IDEM – INÁCIO DE ANTIOQUIA – *Epistula ad Smyrnaeos*, 10, 2; IDEM – *Epistula ad Ephesios*, 4, 1s; CLEMENTE DE ALEXANDRIA – *Stromata*, 5, 67, 1; 7, 31, 7; 7, 14, 1; 7, 49, 5; CIPRIANO DE CARTAGO – *Epistolae*, 76, 3s; ANÓNIMO – *Martyrium Polycarpi*, 1, 2; 14, 1-3; 15, 2; ANÓNIMO – *Passio Perpetuae et Felicitatis*, 21, 7.

⁶¹ Cf. CLEMENTE DE ALEXANDRIA – *Stromata*, 8,1-3.

⁶² Cf. AGOSTINHO DE HIPONA – *In evangelium Ioannis tractatus*, 84, 2.

⁶³ Cf. ANÓNIMO – *Acta martyrum Scillitanorum*; ANÓNIMO – *Passio Perpetuae et Felicitatis*, 21, 2s.

⁶⁴ CIPRIANO DE CARTAGO – *Ad Fortunatum*, 13, PL 4, 676A.

Avançando na nossa exposição, referimos agora que o mártir – seguindo a própria vida, morte e ressurreição sacrificial do próprio Cristo Jesus – surge ainda como o cenário de um espetáculo público, denunciador da bestialidade daqueles que com ele se deliciam, característico de uma batalha, propriamente escatológica e até apocalíptica, entre Aquele e, não os carrascos ou as feras, mas os próprios poderes do mal, frequentemente personificado no diabo e/ou nos demónios⁶⁵. O mártir como cenário de um combate, sem dúvida, mas igualmente como um co(m)-combatente, por vezes preparado por visões antecipativas e pintado em tons atléticos e de bravura amorosa, nessa pugna contra os poderes opostos a Deus, que, servindo-se dos algozes e dos animais, orquestram as torturas e as execuções dos mártires⁶⁶.

Neste horizonte, aqueles sujeitos que abjuravam e perdiam a coragem eram estimados como tendo sido seduzidos pelo diabo e pela força do temor inspirado pela morte, enquanto, por outro lado, se acreditava que os que se mantinham na fé faziam-no por se terem deixado transformar em recipientes para que Cristo os inabitasse, e fortalecesse, mediante o Seu amor corajoso, o qual era a arma por excelência dos mártires⁶⁷. Inabituação profundíssima, esta em que tal amor transformava e quase que esbatia o carácter individual do mártir até que este se transformasse numa diafania de Cristo a sofrer, e a vencer o sofrimento, em si⁶⁸. Na realidade, tal amor surge igualmente expresso – decerto também com uma finalidade exortatória e consolatória para os demais cristãos, em especial os que se encontravam na iminência de serem martirizados – como um analgésico⁶⁹. Um que levava ao não sofrimento daqueles que estavam repletos da graça, revelando, implicitamente, que o mártir não encontrava nenhum deleite no seu padecimento, o qual, no fundo e assim, não era tanto uma tortura, mas, paradoxalmente, uma sanação⁷⁰. Esta situação era, por vezes – e no que, narrativamente falando, talvez visasse sintonizar o extraordinário do martírio com o ordinário da vida quotidiana –, dita como sendo vivida num silêncio orante que abria a porta a uma morte acolhida com os braços em

⁶⁵ Cf. ORÍGENES DE ALEXANDRIA – *Exhortatio ad martyrium*, 18; EUSÉBIO DE CESAREIA – *Historia ecclesiastica*, 5, 1, 38s; 5, 1, 57s.

⁶⁶ Cf. ORÍGENES DE ALEXANDRIA – *Exhortatio ad martyrium*, 18; ANÓNIMO – *Passio Perpetuae et Felicitatis*, 10, 14; EUSÉBIO DE CESAREIA – *Historia ecclesiastica*, 5, 1, 27; 5, 1, 42.

⁶⁷ Cf. CIPRIANO DE CARTAGO – *Epistolae*, 10, 3; EUSÉBIO DE CESAREIA – *Historia ecclesiastica*, 5, 1, 27; 5, 1, 35; 5, 2, 6.

⁶⁸ Cf. EUSÉBIO DE CESAREIA – *Historia ecclesiastica*, 5, 1, 29; 5, 1, 41.

⁶⁹ Cf. ORÍGENES DE ALEXANDRIA – *Exhortatio ad martyrium*, 41; CIPRIANO DE CARTAGO – *Epistolae*, 80; EUSÉBIO DE CESAREIA – *Historia ecclesiastica*, 5, 1, 22; AGOSTINHO DE HIPONA – *Sermones*, 328, 8.

⁷⁰ Cf. EUSÉBIO DE CESAREIA – *Historia ecclesiastica*, 5, 1, 24.

forma de uma Cruz que, devendo ser similarmente vivida quotidianamente, era tida por certos autores como a chave do Céu⁷¹.

Mas não só: é dito ainda que era aquele aduzido amor que impedia o mal de reter o mártir em si, não menos porque tal amor envolvia os mártires numa dinâmica sponsal de santidade com o próprio Cristo – Senhor da Vida e vencedor da morte e do mal – que, servindo-se do mártir como uma espécie de isco, agarrava o diabo e os demónios invisíveis e os lançava para as chamas aonde se estimava que pertenciam⁷². Se assim é, compreende-se o motivo de se declarar que os mártires – garantindo a certeza de serem confessados como Seus pelo Filho do Homem, porquanto O confessando e testemunhando até ao ponto onde Ele mesmo foi para mostrar o amor divino pela humanidade (a morte biológica) – participavam do modo existencialmente mais substancial no sofrimento e na consolação da glória de Cristo⁷³: «os mártires de Cristo, com o Seu poder, derrotam aos principados e potestades e triunfam sobre eles, de modo que, sendo solidários com os Seus sofrimentos, partilhem do que Ele logrou através da sua fortaleza nos sofrimentos[:] [...] os Seus consolos»⁷⁴.

Neste sentido, o martírio revelava-se como o que realizava em plenitude, na linha da maior perfeição amorosa (cf. *Ef.* 1,4), o «ser em Cristo» (cf. *Rm.* 8,1; *1Pd.* 5,14) que o Batismo inaugurava, com o realce de que, sendo-se martirizado, não se poderia ser manchado por quaisquer pecados futuros, chegando-se mesmo a afirmar que imediatamente depois da morte se participaria não só na ressurreição de Cristo, bem como no Seu reinado e julgamento misericordioso⁷⁵. Ser cristão e tornar-se – aos olhos do mundo, e até de Deus – mais visível do que nunca era igualmente passar pelo martírio na linha de um Jesus que – tido como o fiel e verdadeiro mártir e líder por antonomásia do martírio (cf. *Ap.* 1,4) – recusou governar sobre todo o mundo (cf. *Lc.* 4,5-8)⁷⁶, tomando-se, desse modo absolutamente ímpar, o «Rei dos mártires»⁷⁷.

⁷¹ Cf. TERTULIANO DE CARTAGO – *De oratione*, 14; IDEM – *De anima*, 55; EUSÉBIO DE CESAREIA – *Historia ecclesiastica*, 5, 1, 51; JOÃO CRISÓSTOMO – *Homiliae in Joannem*, 85, 1.

⁷² Cf. EUSÉBIO DE CESAREIA – *Historia ecclesiastica*, 5, 1, 25; 5, 1, 35; GREGÓRIO DE NISSA – *Oratio catechetica magna*, 24ss.

⁷³ Cf. ORÍGENES DE ALEXANDRIA – *Exhortatio ad martyrium*, 42; CIPRIANO DE CARTAGO – *Ad Fortunatum*, 5; ANÓNIMO – *Passio sanctarum virginum Agapis, Chioniae et Hirenae*, 1, 1.

⁷⁴ ORÍGENES DE ALEXANDRIA – *Exhortatio ad martyrium*, 42, PG 11, 618B-C.

⁷⁵ Cf. CLEMENTE DE ALEXANDRIA – *Stromata*, 4, 1, 1; TERTULIANO DE CARTAGO – *De anima*, 55; ORÍGENES DE ALEXANDRIA – *Homiliae in librum Iudicum*, 7, 2; CIPRIANO DE CARTAGO – *Epistolae*, 6, 2.

⁷⁶ Cf. INÁCIO DE ANTIOQUIA – *Epistula ad Romanos*, 3, 2; 6, 1; IRENEU DE LYON – *Adversus haereses*, 3, 12, 13; EUSÉBIO DE CESAREIA – *Historia ecclesiastica*, 5, 2, 3.

⁷⁷ AGOSTINHO DE HIPONA – *Sermones*, 276, 1, PL 38, 1256.

Surge aqui e daqui a capacidade que se estimava que o mártir – embebido de uma participação nos próprios sofrimentos de um Cristo, o Qual, conforme já vimos, padece os seus – possuía de se tornar o mais profundo e genuíno imitador de Cristo Jesus⁷⁸. Por vezes apresentados como desejosos e ansiosos de seguirem e imitarem a Jesus – fruto de não ser invulgar entender-se o martírio como o supremo ato de amor, que configurava um inexcedível abraço de amor com Cristo até à morte –, os mártires convertiam-se nos seguidores e discípulos por excelência d'Aquele⁷⁹: «o seguimento de Cristo consiste, portanto, numa amorosa e perfeita constância no sofrimento, capaz de chegar até à morte»⁸⁰. E estando esta posição – seja de um ponto de vista literário, seja desde uma perspectiva teológica – também focada numa desejada educação, e eventual preparação, dos demais cristãos para o martírio e, tão ou mais importante, para incarnarem um conjunto de virtudes cristãs que poderiam ser por eles vividas, quer morressem mártires ou não: obediência, coragem, perseverança e, como se vê na quase personificação de três outras virtudes nas irmãs protagonistas do texto *Passio sanctarum virginum Agapis, Chioniae et Hirenae*, amor, pureza e paz⁸¹. Aqui vemos a razão de – tendo-se iniciado, a certo momento, a espiritualizar o martírio na linha da morte espiritual positiva, por nós considerada no apartado precedente deste estudo – ser dito que «és mártir [...] e testemunha de Cristo [...] [quando] com as [t]uas obras és fiador dos preceitos de Cristo [...] [num] martírio oculto»⁸².

De qualquer modo, é patente que os padecimentos que levavam à morte eram, não raramente, tidos como aquilo que permitiam ao sujeito, não só começar a ser realmente discípulo de Cristo, mas, sobretudo e finalmente e após um processo de crescimento, sê-lo plenamente por uma imitação, eivada de tessituras soteriológicas, da kénose do Deus-Filho, a qual convergiu, tal como acontecia naquela imitação, na paixão e na glorificação⁸³. Essa imitação radical e total, que se operava no martírio, é precisamente entendida como o que possibilitava, ao crente e de modo mais substancial e vincado, não só um novo nascimento – já não exterior, mas interior – para a liberdade e

⁷⁸ Cf. ORÍGENES DE ALEXANDRIA – *Exhortatio ad martyrium*, 42.

⁷⁹ Cf. CLEMENTE DE ALEXANDRIA – *Stromata*, 4, 4; ANÓNIMO – *Passio sanctarum virginum Agapis, Chioniae et Hirenae*, 5, 3; EUSÉBIO DE CESAREIA – *Historia ecclesiastica*, 2, 2.

⁸⁰ AGOSTINHO DE HIPONA – *In evangelium Ioannis tractatus*, 124, 5, PL 35, 1974.

⁸¹ Cf. ANÓNIMO – *Martyrium Polycarpi*, 2, 2; ANÓNIMO – *Passio sanctarum virginum Agapis, Chioniae et Hirenae*.

⁸² AMBRÓSIO DE MILÃO – *Expositio de psalmo CXVIII*, 20, 47s, PL 15, 1498C-1499A.

⁸³ Cf. INÁCIO DE ANTIOQUIA – *Epistula ad Romanos*, 4, 1s; 6, 3; 9, 1s; IDEM – *Epistula ad Ephesios*, 3, 1; IDEM – *Epistula ad Polycarpum Smyrnaeum*, 7, 1; ANÓNIMO – *Martyrium Polycarpi*, 6, 2; EUSÉBIO DE CESAREIA – *Historia ecclesiastica*, 5, 2, 2.

a verdadeira humanidade glorificada na natureza previamente glorificada do Senhor, mas, juntamente, uma divinização ou participação, pela graça, no que Deus é por natureza: Amor⁸⁴: «para os mártires, a morte foi um nascimento; o seu fim, um princípio, ao serem justificados, encontraram a vida e, quando, na terra, os homens pensavam que tinham morrido, começaram a brilhar gloriosamente no céu»⁸⁵.

Nisto, e na senda de Pedro e Paulo que combateram até à morte com a sua morte em Cristo, os mártires passam a ser concebidos como mediadores imitativos e intercessores entre a comunidade eclesial e um Deus que é maximamente alcançado no martírio, provendo dessa forma à Igreja – fortalecida, também numericamente, por um sangue daqueles que era apreciado, igualmente pelo levar à conversão dos perseguidores, como que a sua semente – modelos de imitação derivados do de Cristo para o suportar dos sofrimentos decorrentes da hostilidade e da agressão⁸⁶. Eis porque se chegou a entender o martírio como aquilo que facultava ao sujeito feito mártir tornar-se o pai de uma melhor família; o pai dos pais na máxima participação possível na própria paternidade de Deus-Pai⁸⁷. E tudo isto sempre dentro do cenário da ação, quer da graça de um Deus-Pai que encoraja os mártires, quer da doação do já mencionado amor de Cristo Jesus por um Espírito Santo que vivifica os seus corpos para viverem tão atrozess circunstâncias⁸⁸.

Aqui temos aquilo que, ultimamente, se tomará o fundamento, por um lado, da devoção dos restos mortais dos mártires e, por outro e correlativamente, da veneração das suas pessoas, a qual – misturada com o tresler daquela legitimíssima noção de divinização e da sua correlata ideia de homotimia com Deus e, até, da bem mais inócua conceção de apostolocização – chegou a extremos indesejados⁸⁹. Na verdade, só assim se podem compreender as advertências no sentido de que, se era possível ter-se os mártires como modelos da fé comunitária, eles não deviam ser adorados, pois, se Cristo Jesus, enquanto Homem, não pediu para ser adorado, muito menos se

⁸⁴ Cf. INÁCIO DE ANTIOQUIA – *Epistula ad Romanos*, 6, 2s; EUSÉBIO DE CESAREIA – *Historia ecclesiastica*, 5, 1, 63.

⁸⁵ PEDRO CRISÓLOGO – *Sermones*, 108, PL 52, 500C.

⁸⁶ Cf. CLEMENTE DE ROMA [COMUNIDADE DE ROMA] – *Epistola I ad Corinthios*, 5, 2; 5, 4; INÁCIO DE ANTIOQUIA – *Epistula ad Ephesios*, 3, 1; IDEM – *Epistola ad Trallenses*, 5, 2; IDEM – *Epistola ad Magnesios*, 7, 1; TERTULIANO DE CARTAGO – *Apologeticum*, 50; ORÍGENES DE ALEXANDRIA – *Exhortatio ad martyrium*, 30.

⁸⁷ Cf. ORÍGENES DE ALEXANDRIA – *Exhortatio ad martyrium*, 14.

⁸⁸ Cf. ANÓNIMO – *Martyrium Polycarpi*, 9, 1; 13, 3; EUSÉBIO DE CESAREIA – *Historia ecclesiastica*, 5, 23s.

⁸⁹ Cf. ANÓNIMO – *Martyrium Polycarpi*, 17,1; 18, 2; VITRÍCIO DE ROUEN – *De laude sanctorum*, 6; 8.

devia atribuir esta adoração aos mártires que Lhe são infinitamente inferiores, já não se falando do facto, que deveria ser mais do que evidente, de que ela só é dirigível a Deus⁹⁰.

3. O suicídio entre a tentação e o padecimento eterno

Como vimos, chegaram-nos ecos de que, ainda no tempo dos Padres da Igreja, pessoas houve que equiparam o martírio ao suicídio. A ignorância é intemporal, donde, e naquilo que deixará ainda mais claro a impossibilidade de tal equiparação, é importante tecer algumas palavras, ainda que muito sucintas, acerca de como é que os Padres da Igreja encaravam o suicídio enquanto realidade perfeitamente distinta da do martírio.

Para a maioria dos mesmos, a temática do suicídio não merecia grande atenção, não se tendo sequer chegado a desenvolver um termo técnico para o debater, pois a rejeição do mesmo em contexto cristão era uma evidência marcante. O suicídio é comparado a um homicídio negado claramente e numa perspectiva abrangente – e apesar de todos os titubeios históricos, por vezes compreensíveis, acerca desta realidade – na Escritura, nomeadamente num sexto ensinamento divino dado a Moisés e reiterado por Jesus como um dos pilares para se entrar na Vida (cf. *Ex.* 20,13; *Dt.* 5,17; *Mt.* 19,16ss), porquanto entendido como um homicídio dirigido a si mesmo⁹¹: «todo aquele que se mata é um homicida»⁹². Matar-se do ponto de vista biológico era, assim e sempre que levado a cabo de modo perfeitamente ciente das suas implicações, suposto como um gesto flagrante de auto-idolatria por parte do sujeito que o cometia; de absolutização de si mesmo e do que lhe era querido (cf. *Gn.* 30,1), naquilo que manifestava, ao mesmo tempo, um desconhecimento flagrante da natureza de tal morte e, inerentemente, de uma Vida nova que brota sempre do seio da vida comum, a qual, não devendo ser absolutizada, deve, não obstante, ser cuidada para que, por descuido, não se inflja tal suicídio⁹³.

Neste sentido, o suicídio é entendido como um ato voluntário e consciente contra Deus, a Sua Providência e a Sua Soberania sobre a vida e a morte de cada ser humano, mais ainda depois de Jesus a ter redimido pelo

⁹⁰ Cf. AGOSTINHO DE HIPONA – *Sermones*, 273, 7; 9; IDEM – *In evangelium Ioannis tractatus*, 84, 2; IDEM – *Contra Faustum*, 20, 21.

⁹¹ Cf. AMBRÓSIO DE MILÃO – *De virginibus*, 3, 7; IDEM – *Commentaria in Evangelium Matthaei*, 4, 27; AGOSTINHO DE HIPONA – *De civitate Dei*, 1, 16; 1, 21.

⁹² AGOSTINHO DE HIPONA – *De civitate Dei*, 1, 17, PL 41, 31.

⁹³ Cf. CLEMENTE DE ROMA – *Homiliae*, 15, 7; JERÓNIMO DE STRIDON – *Contra Jovinianum*, 5; AGOSTINHO DE HIPONA – *Sermones*, 34, 1.

Seu amor incondicional – expresso e simbolizado no Seu sangue derramado (cf. *Ef.* 1,7) –, naquilo que levou a que se tivesse afirmado que por esse perdão – não de palavras, mas em ato⁹⁴ – «de ti [homem] result[ou] a morte para Ele, e d'Ele a vida para ti»⁹⁵. Com efeito, se era claro que o sujeito nunca escolhe quando nasce – sendo, antes, co(m)-criado e sustentado continuamente na existência por um Deus-Amor que, como já se viu, origina tudo o que há na Criação a partir do nada (alheio a Si) –, não deveria escolher quando morre, nem, conseqüentemente, acelerar, para isso, o momento da sua morte⁹⁶. Ele deveria, isso sim, deixar esse momento sempre nas mãos de um Deus que, nunca permitindo que alguém sofra acima das próprias forças auxiliadas pela graça (cf. *1Cor.* 10,13), se estimava que interviria nesse sentido, quando o crescimento espiritual do sujeito não era mais exequível, ainda que, como já vimos, a morte não pertença à Sua vontade, nem como Criador, nem como Restaurador final (cf. *Sb.* 1,13s)⁹⁷.

Conscientes da existência de textos bíblicos em que há gestos análogos ao suicídio – tido como o ato consciente, voluntário e livre de, numa intenção primeira e central, se dar a morte, particularmente quando esta não é iminente –, os Padres da Igreja salientam que essas passagens não apresentam tais gestos como exemplares, louváveis ou prescritivos⁹⁸. Pelo contrário, eles aduzem que tais gestos – dentro, ou não, de um peculiar contexto bélico (cf., *v.g.*, *Jz.* 16,25-30) – são delineados na Escritura como consequência do pecado daquele que, devido a estar num estado de falência espiritual associado a tal pecado (cf., *v.g.*, *Jz.* 9,52-54; *2Sm.* 1,6-16; *1Rs.* 16,18s), acabará por retirar a vida a si mesmo num gesto que o levará à perdição⁹⁹. Judas é, distintas vezes, apresentado como paradigma disto mesmo: «cresceu nele um enorme desespero capaz de o perturbar, extenuou-o até que conseguiu levá-lo à morte a si mesmo, roubar-lhe a vida após tê-lo espoliado dos seus sentimentos de arrependimento»¹⁰⁰. Ou seja, afirma-se que não se encontra na Escritura nenhuma autorização para o suicídio, antes, e como já se aduziu, nela se encontrando uma condenação clara do mesmo, e, ao mesmo tempo,

⁹⁴ Cf. AGOSTINHO DE HIPONA – *Sermones* 23A, 2.

⁹⁵ AGOSTINHO DE HIPONA – *Enarrationes in Psalmos*, 60, 3, *PL* 36, 724.

⁹⁶ Cf. LACTÂNCIO – *Divinae institutiones*, 3, 18; IDEM – *Epitome divinarum institutionum*, 39; AMBRÓSIO DE MILÃO – *Commentaria in Jonam*, 1, 12; GREGÓRIO DE NISSA – *In Ecclesiastem*, 6; JOÃO CRISÓSTOMO – *Sermones de consolatione mortis*, 1, 7.

⁹⁷ Cf. ORÍGENES DE ALEXANDRIA – *De principiis*, 3, 2, 3; JOÃO CRISÓSTOMO – *Homiliae in Epistolam primam ad Corinthios*, 24, 1; AGOSTINHO DE HIPONA – *De spiritu et littera*, 31.

⁹⁸ Cf. AGOSTINHO DE HIPONA – *Contra Gaudentium*, 38s.

⁹⁹ Cf. AGOSTINHO DE HIPONA – *Contra Gaudentium*, 36s; 39.

¹⁰⁰ JOÃO CRISÓSTOMO – *Homiliae de Paenitentia*, 1, 3, *PG* 49, 282.

exemplos significativíssimos de recusa – no caso de Jesus (cf. *Mt.* 4,5s) – e de impedimento do mesmo – no caso de Paulo (cf. *At.* 16,27s)¹⁰¹. E isto, ainda que fosse igualmente admitido que, em coerência com o encargo salvífico confiado a Si pelo Pai, Jesus Cristo Se tenha entregado divinamente à morte; isto é, no sentido, já por nós esboçado noutra secção deste trabalho, de a Sua pessoa divina ter querido, a um momento já em sintonia com a Sua vontade humana, que a Sua assumida natureza humana integral passasse pela morte concreta que os Seus verdugos desejavam comunicar-Lhe¹⁰².

Bem longe disto que acabámos de ver, o matar-se era considerado como um abandonar a, ou um desertar da, tarefa vocacional pessoal que Deus confia de modo irreiterável a cada crente, e a verdade é que um servidor de Deus, que acolheu e assumiu essa realidade, deve aceitar – se não quiser trair a confiança d'Aquele que lhe comunicou tal encargo – ser julgado por essa opção nesta mesma vida¹⁰³. Neste sentido, acaba-se por estimar o suicídio como um crime ante a sociedade e um pecado eternamente imperdoável, porquanto – desde logo e enquanto por vezes tido como inspirado pelo diabo, que em tudo deseja separar o ser humano do Criador – não permite duas realidades¹⁰⁴, que exporemos, por motivos de uma maior clareza associada a tudo o que desejarmos referir, nos dois parágrafos seguintes.

Por um lado, impede um ulterior arrependimento, privando, por conseguinte, o sujeito da possibilidade de entrar na Vida divina, até porque Deus-Amor não pode receber no Seu seio alguém que se matou numa expressão de um egoísmo que nunca é assumível em Si, não menos porque, como já vimos, a morte deve depender da Sua vontade e não da do sujeito¹⁰⁵. Deste modo, a morte autoprovocada – frequentemente por um desespero que, falaciosamente, a faz ser estimada pelo sujeito como um bem – na realidade só entregaria tal sujeito a problemas bem maiores, tal como um eventual suplício eterno, decorrente, maioritariamente, de uma decisão autoabsorvida que, levando ao grave pecado do suicídio, «não será punida por um tempo proporcional

¹⁰¹ Cf. AGOSTINHO DE HIPONA – *De civitate Dei*, 1, 20.

¹⁰² Cf. TERTULIANO – *Apologeticum*, 21; ORÍGENES DE ALEXANDRIA – *Commentaria in Evangelium Joannis*, 19, 15.

¹⁰³ Cf. ANÓNIMO – *Epistola ad Diognetum*, 6, 1-10; JUSTINO DE SIQUÉM – *Apologia secunda*, 2, 3; ORÍGENES DE ALEXANDRIA – *Veteris interpretationis commentarium in Matthaeum*, 117; AMBRÓSIO DE MILÃO – *De bono mortis*, 7.

¹⁰⁴ Cf. PSEUDO-ORÍGENES – *Commentarius in Job*, 2; AGOSTINHO DE HIPONA – *Contra Gaudentium*, 8, 12; 14; 49; JOÃO CRISÓSTOMO – *Commentarius in Epistolam ad Galatas*, 1, 4; ISIDORO DE PELÚSIO – *Epistolae*, 287.

¹⁰⁵ Cf. AGOSTINHO DE HIPONA – *De civitate Dei*, 1, 26; JERÓNIMO DE STRIDON – *Epistolae*, 39.

àquele despendido na sua perpretação»¹⁰⁶, mas, como se lê no mesmo eido, em função da infinita ofensa cometida.

Por outro lado, coíbe uma garantida intervenção divina, que, em consequência da bondosa atenção de Deus e da Sua terna misericórdia, surdirá sempre de uma forma ou de outra, pois Aquele não abandona jamais o homem¹⁰⁷ que sofre (cf. *Dt.* 31,6)¹⁰⁸. Ou seja: estar-se-ia a negar a possibilidade de Deus poder cuidar das dificuldades do padecente e, por esse cuidado e pedagogicamente, transformá-las em algo de relevante e impulsionador do ponto de vista espiritual, tal como se vê nos casos de Qohelet, Elias, Jonas e Paulo, os quais, atravessando períodos de desespero, aprenderam, por tal travessia e respetivamente, a: temer a Deus e a manter os Seus ensinamentos (cf. *Qoh.* 2,17; 12,13); acolher o conforto divino (cf. *IRs.* 19,4-8); reconhecer o sentido da misericórdia divina (cf. *Jn.* 4,8-11); e, por fim, a confiar não nas próprias forças, mas nas do amor do Amor que Deus é (cf. *2Cor.* 1,8s)¹⁰⁹.

Ainda nesta moldura de compreensão da realidade que estamos a ponderar, há Padres da Igreja que sustentam, com vigor, que o ato de suicídio é gravíssimo também por outros motivos não menos relevantes do que os aduzidos anteriormente. A saber: ele não só é uma das mais graves desfigurações desamorosas de um santíssimo estatuto ontológico de imagem semelhante do Deus-Trindade que é Vida em Amor (cf. *Gn.* 1,26s), como, além do mais, é a destruição voluntária e autocrática de um antes assumido corpo enquanto Templo do Espírito Santo (cf. *1Cor.* 6,19), e, quando buscado na forma de um furtar-se ao padecimento, como um desconsiderar do sentido e valor que – num Cristo Jesus (cf. *Rm.* 8,17) que virou do avesso o sofrimento apontando para um sentido que, de outro modo, o mesmo careceria – este mesmo sofrimento pode assumir, inclusive como meio de se adquirir as virtudes e aceder à vida divina¹¹⁰. Mas isto, embora sendo talvez o mais grave, não é tudo: o suicídio é, ainda e na esteira dos textos vistos antes, a ruína das relações de justiça que o mesmo impede que se continuem a estabelecer com os demais,

¹⁰⁶ AGOSTINHO DE HIPONA – *De civitate Dei*, 21, 11, *PL* 41, 726

¹⁰⁷ Utilizamos este termo em sentido inclusivo e como sinónimo de "ser humano", reservando o uso de uma maiúscula inicial no mesmo para nos referirmos a Jesus Cristo, o Homem por antonomásia.

¹⁰⁸ Cf. AGOSTINHO DE HIPONA – *Contra Gaudentium*, 34.

¹⁰⁹ Cf. GREGÓRIO DE NAZIANZO – *Epistolae*, 31, 2s; IDEM – *Orationes*, 43, 42; JOÃO CRISÓSTOMO – *Orationes ad Stagirium*, 3, 11; IDEM – *De incomprehensibili Dei natura*, 13, 6; IDEM – *Homiliae in Epistolam secundam ad Corinthios*, 2; JERÓNIMO DE STRIDON – *Commentarius in Ecclesiasten*, 2, *PL* 23, 1031C-1032A; AGOSTINHO DE HIPONA – *Sermones*, 30, 4.

¹¹⁰ Cf. INÁCIO DE ANTIOQUIA – *Epistola ad Philadelphios*, 7; IRENEU DE LYON – *Adversus haereses*, 3, 23, 2; AGOSTINHO DE HIPONA – *Sermones*, 1, 5; MÁXIMO O CONFESSOR – *Quaestiones ad Thalassium*, 61; ISAAC DE NÍNIVE – *Mystic Treatises*, 4; 25.

mormente com aqueles face a quem se tem maiores deveres e responsabilidades, como, por exemplo, cônjuges, filhos e pais¹¹¹.

Se dermos atenção a muito do que vimos anteriormente, podemos, em síntese de tudo isso, ver que o suicídio é uma gritante negação explícita das três virtudes teologais, tidas como «as ligaduras da salvação e da saúde»¹¹², e, assim, um contratestemunho cristão que fortalecia o poder do mal sobre a humanidade; o suicida, pois, como o antimártir¹¹³. E uma tal negação, seja quando tais virtudes são tidas em si mesmas, seja quando o são na sua relação e inter-relação com a importante virtude da paciência, que tem o seu modelo em Cristo Jesus e até no próprio Deus em Si mesmo (cf. *Rm.* 2,4)¹¹⁴. Em consequência disto, o suicídio é estimado como só realizável por quem carece de tais virtudes, pois elas impedem, ao nível da dimensão espiritual do sujeito e das suas ramificações, que se pense em cometer tal ato. De facto, a presença das três virtudes teologais embebidas pela profunda paciência espiritual enquanto virtude divino-humana – que não se confunde, jamais e por essa mesma natureza teândrica, com a decorrente de estados psicológicos, nem sequer com a condição análoga tão estimada pelos filósofos, mas «adquire a sua força no amor de Deus»¹¹⁵ – impede preventivamente os, e cura o desenvolvimento dos, vícios espirituais que poderiam fazer do suicídio uma opção desejável¹¹⁶.

A antes apontada presença – cuja assunção e desvelo devem ser cuidados pelo crente e pelo seu acompanhante espiritual – ajuda o sujeito a permanecer constante na adversidade e no suportar os males – decorrentes, como tal adversidade, de uma condição pós-lapsária que está sujeita ao sofrimento corporal, psíquico e espiritual –, sem dizer, ou fazer, algo que seja de indigno de quem ama a Deus¹¹⁷. Neste sentido, indica-se que o crente deve suportar com paciência as tribulações e nunca fugir desta vida, antes apenas fugir das paixões que, gerando como que uma doença mental fruto de uma influência

¹¹¹ Cf. JOÃO CRISÓSTOMO – *Homiliae in Epistolam ad Ephesios*, 20; 21.

¹¹² CLEMENTE DE ALEXANDRIA – *Quis dives salvetur*, 29, PL 9, 636A.

¹¹³ Cf. TERTULIANO DE CARTAGO – *Scorpiace*, 15; CIPRIANO DE CARTAGO – *De mortalitate*, 2; AGOSTINHO DE HIPONA – *Confessiones*, 6, 4, 6; IDEM – *De perfectione iustitiae hominis*, 3, 8; MÁXIMO O CONFESSOR – *Capita de charitate*, 2, 25; 3, 90.

¹¹⁴ Cf. TERTULIANO DE CARTAGO – *De patientia*, 6, 1; 12, 8s; JOÃO CRISÓSTOMO – *Homiliae in Epistolam primam ad Corinthios*, 33, 1; AGOSTINHO DE HIPONA – *Contra Gaudentium*, 34.

¹¹⁵ ISAAC DE NÍNIVE – *Mystic Treatises*, 25.

¹¹⁶ Cf. CLEMENTE DE ALEXANDRIA – *Stromata*, 6, 9, 75, 3; TERTULIANO DE CARTAGO – *De patientia*, 2, 1; 11, 3; CIPRIANO DE CARTAGO – *De bono patientiae*, 2; 6; 14; JOÃO CRISÓSTOMO – *Epistolae: Ad Olympiadem*, 4, 2s; 7, 4; JOÃO CASSIANO – *Collationes*, 12, 6.

¹¹⁷ Cf. CIPRIANO DE CARTAGO – *De bono patientiae*, 17; JOÃO CASSIANO – *Collationes*, 18, 13; MÁXIMO O CONFESSOR – *Liber asceticus*, 21.

por vezes tida como demoníaca, poderiam querer levar a esse ato que nega frontalmente o amor ao Deus-Amor¹¹⁸.

É deste preciso cenário que brota a negação – mais explícita em autores mais tardios, porquanto essa clarificação, antes destes, talvez não parecesse fundamentalmente necessária – de todas as justificações para o suicídio: a fuga – em certo momento tida como adequada, ainda que não apresentada como normativa – a uma violação, pois, de um lado, quem é violado é uma vítima que não é feita impura pelo pecado de outrem – porquanto a castidade é uma virtude do coração –, e, do outro lado, não se deve pecar mais gravemente para se evitar ser vítima de um menor pecado de outrem; o matar-se, em tempo de guerra, para se evitar cair nas mãos dos inimigos, porque isso só era admissível e realizável por quem desconhecia, ou desconhecesse, o Deus-Amor; o crer que matar-se depois do Batismo era benéfico para se evitar cair no pecado, dado que isso, quanto mais não fosse, era preferir um pecado sem possibilidade de perdão para se evitar a eventualidade de um pecado de que poderia haver arrependimento; e, por fim, o estimar, por exemplo e como faziam os estoicos, que o suicídio era um sinal de coragem, porquanto, na realidade, há sempre mais coragem em não fugir às dificuldades do que delas se furtar de um modo mais ou menos egoísta¹¹⁹.

A partir daquele panorama antes descrito, surge, além do mais e para se terminar este apartado, o apontar-se que não é permitido, nem admissível, pedir a um terceiro que auxilie ao suicídio e, inerentemente, praticar este mesmo¹²⁰. O cristão deve, pelo contrário, de um lado, tudo fazer – com, ou sem, a ajuda de terceiros, mas sempre com a de Deus – para vencer essa tentação, e, de outro lado, ajudar todo aquele que, estando numa ou noutra forma de miséria e de padecimento, pode tender a querer dar-se a morte, a ponto de se aduzir que quem não o faz se torna cúmplice do enorme pecado que aquele pode realizar¹²¹.

4. A “eutanasia” entre o apego à vida e o deixar-se apegar pela Vida

O tema da “eutanasia”, indo em grande parte na linha do dito acerca do suicídio, não é particularmente tido em consideração pelos Padres da Igreja. Mas, uma vez dito isto, algumas considerações sobre o que coevamente se

¹¹⁸ Cf. CLEMENTE DE ALEXANDRIA – *Stromata*, 4, 6, 28; 6, 9, 75; TERTULIANO DE CARTAGO – *De patientia*; IDEM – *Apologeticum*, 23.

¹¹⁹ Cf. AGOSTINHO DE HIPONA – *De civitate Dei*, 1, 17ss; 1, 22; 1, 25.

¹²⁰ Cf. TERTULIANO DE CARTAGO – *De fuga in persecutione*, 13.

¹²¹ Cf. HERMAS – *Pastor: Similitudes*, 10, 4.

entende por “eutanásia” e por alguns dos temas relacionados com a mesma surgem aqui e ali nos escritos dos Padres da Igreja. Em especial naqueles que se debruçam sobre como deve o crente viver do modo mais cristão: o padecimento, o aproximar-se da morte e o próprio falecer.

Perante uma situação de um padecimento extremo – suscetível de levar o sujeito a desejar uma morte provocada por si, ou por outras pessoas humanas –, os Padres da Igreja apontam caminhos de superação dessa genuína tentação espiritual. Por um lado – e cientes da gravidade dos vícios espirituais que podem fazer com que uma pessoa responsável deseje a morte (em derradeira análise, e como já vimos na primeira secção deste trabalho, o desejo de persistir no prazer e/ou evitar o sofrimento) –, apontam para a configuração progressiva do sujeito com um Cristo Jesus que venceu tais vícios, respetivamente, no deserto e na Sua paixão¹²². Por outro lado – e dado que tal configuração, embora seja um dom de Deus, precisa de ser esperada e preparada –, é particularmente salientada a prática ascética de educação do crente para a impassibilidade ante os vícios, mormente pela aquisição, na medida da recepção da graça de Cristo, das virtudes opostas a estes¹²³. Entre todas essas virtudes, e na sequência do apontado na secção deste estudo votada ao suicídio, a da paciência é especialmente relevante, não menos porque desenvolve condições espirituais interiores – relativamente estáveis, embora não propriamente imutáveis – que podem constituir um valioso escudo para, e em, momentos de tribulação e padecimento¹²⁴.

A par das duas práticas espirituais discriminadas no parágrafo anterior, e num agrafo com algo já mencionado na parte final do apartado inicial deste trabalho, surge ainda referida a estratégia de trazer, pedagógica e continuamente, a morte à consciência como possibilidade iminente, naquilo que se estimava como sendo passível de evitar o pecado e as patologias espirituais, e, conjuntamente, adquirir as virtudes a estas contrapostas, de modo a que o crente se apresente, antes e aquando da sua morte, diante de Deus em paz¹²⁵. E isto, por mais que, no processo de encaminhamento para o falecimento, possa sobrevir ao sujeito, quer a deterioração e até o desaparecimento de algumas das, ou todas as, suas faculdades biológicas, quer a incapacidade de manifestar exteriormente as faculdades psíquicas e/ou espirituais. Note-se

¹²² Cf. MÁXIMO O CONFESSOR – *Quaestiones ad Thalassium*, 21.

¹²³ Cf. TERTULIANO DE CARTAGO – *Apologeticum*, 46, 11; MÁXIMO O CONFESSOR – *Capita de charitate*, 1, 36; 2, 98; ISAAC DE NÍNIVE – *Mystic Treatises*, 81.

¹²⁴ Cf., *supra*, notas 114ss.

¹²⁵ Cf. BASÍLIO DE CESAREIA – *Epistolae*, 174; JOÃO CRISÓSTOMO – *Homiliae in Epistolam ad Romanos*, 10, 3; DOROTEU DE GAZA – *Doctrinae diversae*, 4, 52; HESÍQUIO DE BATOS – *Centuria de temperantia et virtute*, 95; ISAAC DE NÍNIVE – *Mystic Treatises*, 34.

que nenhum destes constrangimentos, inegavelmente delicadíssimos, elimina, ou diminui, a pessoa humana, pois esta está radicada na sua natureza de criatura pessoal criada à imagem e semelhança de um Deus que a ama incondicionalmente¹²⁶.

É neste, e a partir deste, panorama que surge a ponderação da atitude a ter perante medicamentos e demais terapias médicas. Numa primeira aproximação, a medicina é estimada como uma arte profanamente presente, ou cristãmente implementada, na sociedade, capaz, ao mesmo tempo, de ser um excelente veículo da caridade conquanto praticada com uma reta intenção espiritual¹²⁷. Neste sentido, o crente deve confiar nos medicamentos e terapias existentes, não sendo obstinado em não os querer utilizar, ainda que deva ter a consciência de que, em última análise, o poder de curar provém apenas do Deus que não deseja que se sofra (cf. *Is.* 14,3) e, empaticamente, co(m)-sofre com quem padece (cf. *Is.* 63,9)¹²⁸. Ou seja, tendo em consideração que é somente por delegação mediada de tal poder que operam os medicamentos e os médicos¹²⁹, e, assim, também por eles pode resplandecer «a manifestação da glória de Deus»¹³⁰.

Talvez possamos clarificar o dito precedentemente usando outras palavras: para os Padres da Igreja, o crente deve utilizar a medicina (cf. *Sir.* 38,12s), mas tendo uma justa consciência, por um lado, de que se deve entregar a Deus para a sua eficácia e, por outro lado, dos limites sempre inevitáveis da mesma, os quais nenhum médico deve ignorar ou levar a que se ignore, sob pena de, em consequência disso, se tornar num charlatão (cf. *Job* 13,4; *Sir.* 38,3) que vive a, e do, prejudicar os seus pacientes (cf. *Mc.* 5,26)¹³¹. E tudo isto, de modo a que o crente padecente não absolutize nem as enfermidades, nem os medicamentos – por mais que todos eles possam ser entendidos como uma expressão da profunda condescendência de Deus, que colocou na natureza o

¹²⁶ Cf. BASÍLIO DE CESAREIA – *Epistolae*, 174; JOÃO CRISÓSTOMO – *Homiliae in Epistolam ad Romanos*, 10, 3; DOROTEU DE GAZA – *Doctrinae diversae*, 4, 52; HESÍQUIO DE BATOS – *Centuria de temperantia et virtute*, 95; ISAAC DE NÍNIVE – *Mystic Treatises*, 34.

¹²⁷ Cf. ORÍGENES DE ALEXANDRIA – *Homiliae in Numeros*, 18, 3; BASÍLIO DE CESAREIA – *Epistolae*, 233, 1; TEODORETO DE CIRO – *Epistolae*, 114s.

¹²⁸ Cf. TEÓFILO DE ANTIOQUIA – *Ad Autolycum*, 1, 13; ORÍGENES DE ALEXANDRIA – *Homiliae in Ezechielem*, 6, 6; PSEUDO-MACÁRIO – *Homiliae*, 48, 5s; BARSANUFIO DE GAZA – *Epistolae*, 129; 327.

¹²⁹ Cf. ORÍGENES DE ALEXANDRIA – *Homiliae in Numeros*, 18,3; BARSANUFIO DE GAZA – *Epistolae*, 508.

¹³⁰ BASÍLIO DE CESAREIA – *Regulae fusiùs tractatae*, 55, PG 31, 1045B.

¹³¹ Cf. ORÍGENES DE ALEXANDRIA – *Contra Celsum*, 3, 12; 8, 60; ISAAC DE NÍNIVE – *Mystic Treatises*, 63.

necessário para aqueles surgirem –; nem idolatre os médicos; nem, por sinal, fundamente a sua única e definitiva esperança nuns, ou noutros¹³².

Essa esperança, como é patente, só pode ser constituída pelo próprio Deus e Senhor Jesus Cristo (cf. *1Tm.* 1,1) – terapeuta fundamental e integral do ser humano (cf. *Mt.* 9,12) –, o Qual, para os Padres da Igreja, pode, ou não, curar dada pessoa, em função, não só da entrega a Si da liberdade por parte da mesma, mas igualmente daquilo que Ele possa estimar ser o mais proveitoso do ponto de vista espiritual, mas não privando, em derradeira análise, ninguém de uma morte biológica que humilha os médicos presumidos e dá a conhecer aquela que, ultimamente, é a fatuidade dos medicamentos¹³³. Face a isto, há Padres da Igreja que – mesmo longe dos extremos daqueles que quase proíbem o uso de terapias médicas, por estimarem que estas se fundavam em práticas estritamente pagãs – sustentam que, para aqueles crentes que vivem em estados espirituais mais avançados, o uso da medicina pode ser dispensado em alguns casos, sendo a piedade e a oração de petição e/ou de ação de graças as únicas realidades essenciais nessa condição¹³⁴. E este facto explica-se, seja porque os mesmos já seriam capazes de suportar o padecimento e todas as suas eventuais consequências sem caírem no orgulho, seja porque tinham a profunda e discernida convicção de que – tendo Deus já passado a ser, e a dar-Se, todo a eles (cf. *1Cor.* 15,28) – Este lhes bastava (cf. *2Cor.* 12,9)¹³⁵.

Outro aspeto pareceu-nos relevante trazer para aqui: afigurava-se, para distintos Padres da Igreja, que era aceitável o não se recorrer, quer a procedimentos médicos que já se tinham revelado como inúteis e que, com grande probabilidade, se estimava que não contribuiriam, em circunstância alguma, para a melhoria do estado de saúde do paciente, quer àqueles que fossem indiscretamente rebuscados¹³⁶. E tal realidade, não menos porque, em algumas situações a terem de ser bem discernidas, certas enfermidades poderiam surgir ao sujeito, menos como uma ocasião para se entregar a uma terapia extrema para as mesmas, e mais como um apelo a uma reação espiritual.

¹³² Cf. BASÍLIO DE CESAREIA – *Regulae fusius tractatae*, 55; PSEUDO-MACÁRIO – *Homiliae*, 48, 5s; DIÁDOCO DE FÓTICA – *Capita de perfectione spirituali*, 53.

¹³³ Cf. INÁCIO DE ANTIOQUIA – *Epistola ad Ephesios*, 7; CLEMENTE DE ALEXANDRIA – *Paedagogus*, 1, 6, 2s; ATANÁSIO DE ALEXANDRIA – *De incarnatione Verbi*, 18; CIRILO DE JERUSALÉM – *Catecheses*, 10, 13; 12, 7; DOROTEU DE GAZA – *Doctrinae diversae*, 1, 4.

¹³⁴ Cf. TACIANO, O SÍRIO – *Oratio adversus Graecos*, 20; TERTULIANO DE CARTAGO – *Scorpiace*, 1; ARNÓBIO DE SICA – *Adversus nationes*, 1, 48; 3, 23; ORÍGENES DE ALEXANDRIA – *Contra Celsum*, 3, 12; PSEUDO-MACÁRIO – *Homiliae*, 48, 4; BARSANUFIO DE GAZA – *Epistolae*, 529; 532; ISAAC DE NÍNIVE – *Mystic Treatises*, 5, 21.

¹³⁵ Cf. JOÃO CRISÓSTOMO – *Epistolae: Ad Olympiadem*, 4, 1; AMBRÓSIO DE MILÃO – *De virginitate*, 16, 99; DIÁDOCO DE FÓTICA – *Capita de perfectione spirituali*, 53.

¹³⁶ Cf. BASÍLIO DE CESAREIA – *Regulae fusius tractatae*, 55.

Posto isto, em qualquer circunstância e na sequência da reflexão apontada da frase anterior, toda a eventual terapia eficaz devia ser vivida como um sinal da mais importante das terapias – a espiritual –, do mesmo modo que todas as curas de Jesus apontavam para o desejo que o Mesmo tivera no sentido de os sujeitos por Si sanados se deixarem apegar pela Vida plena do, e no, Deus-Amor¹³⁷. Em suma: «não prezemos nem toda a espécie de doença, nem desprezemos toda a espécie de enfermidade»¹³⁸.

Nesta linha de ponderação, surge igualmente a ideia da legitimidade do não se deferir a morte quando esta, entendida como uma travessia para a Vida em Deus, se estimava, com segurança, como iminente, levando, inclusive, a que se afirmasse que, nessas circunstâncias e sempre na esteira de um medo mais ou menos patológico a nível espiritual, o apegar-se ferreamente à vida seria sempre uma falta de confiança em Deus¹³⁹. Com efeito, mais do que se encetarem esforços desmedidos e cientemente infrutíferos para, na iminência da morte, se agarrar a uma vida tida como assaz lastimosa e definitivamente perene, o crente devia, antes, preparar-se espiritualmente para encarar a mesma como aqueloutra passagem para uma Vida plenamente feliz e eterna¹⁴⁰.

É ainda dito por alguns Padres da Igreja que se podia – porventura e a pedido, ou não, do padecente – fazer mais duas coisas. Por um lado, aquiescer a que os médicos administrassem, face a um invencível e veemente sofrimento, medicamentos que, tal como acontecia quando era necessário fazer uma cirurgia extremamente dolorosa, colocassem o paciente num estado, mais ou menos prolongado, de sono artificial que o poupasse a tal padecimento¹⁴¹. Por outro lado, proferir orações – dirigidas a Deus e em clima, quer de profundo amor por Este e pela vida própria e/ou de outrem, quer de esperança nas promessas divinas – a pedir que o Mesmo levasse a alma de quem estava a padecer, em graus extremos e de modo terminal, para Si¹⁴². Surde, neste cenário, a morte não como algo direta e fundamentalmente desejado ou humanamente provocado, mas, isso sim, e embora se tenha de entrar em

¹³⁷ Cf. BASÍLIO DE CESAREIA – *Epistolae*, 189, 1; IDEM – *Regulae fusius tractatae*, 55; JOÃO CRISÓSTOMO – *Homiliae in Matthaeum*, 29, 2; IDEM – *Orationes ad Stagirium*, 3, 13; BARSANUFIO DE GAZA – *Epistolae*, 532.

¹³⁸ JOÃO CASSIANO – *Collationes*, 6, 6.

¹³⁹ Cf. CIPRIANO DE CARTAGO – *De mortalitate*, 18, 24ss.

¹⁴⁰ Cf. AGOSTINHO DE HIPONA – *De civitate Dei*, 11, 13; JOÃO CRISÓSTOMO – *Homiliae in Epistolam ad Colossenses*, 8, 5; AGOSTINHO DE HIPONA – *Sermones*, 84, 1s.

¹⁴¹ Cf. HILÁRIO DE POITIERS – *De Trinitate*, 10, 14; BASÍLIO DE CESAREIA – *Homiliae in Hexaemeron*, 5, 4.

¹⁴² Cf. TEÓFILO DE ALEXANDRIA – *De mortis in vitam*, 4; JOÃO CRISÓSTOMO – *Homiliae in Joannem*, 62; IDEM – *Homiliae in Epistolam ad Hebraeos*, 33.

distinções que poderão não ser facilmente delineadas, como uma consequência inerente àquilo que era genuinamente pretendido: o desejar que o sujeito fosse assumido por Deus em Si.

5. Palavras conclusivas

Não sabemos se muitos dos Padres da Igreja que fundamentaram, com os seus textos, a nossa precedente exposição, passaram, antes de os escreverem, por situações de padecimento físico, psíquico e/ou espiritual extremo. Neste sentido, uma inquietação, que nos acompanhou ao longo da redação das páginas precedentes, persiste: teriam eles dito o que disseram acaso tivessem sido confrontados com aquela realidade? Não se pense, por favor, que esta interrogação é meramente a consequência de um divagar curioso. Não o é. É, isso sim, o fruto de nós mesmos padecermos de uma, tardiamente diagnosticada, doença que, embora numa frequência muito dilatada, nos faz experimentar dores atrozes. Dores que, mesmo quando terminam os episódios, felizmente rápidos, em que elas surgem, continuam a nós presentes pelas marcas que nos deixam e, desse modo, moldam muito do que somos, pensamos, fazemos e dizemos.

Em consequência disto, o que, pontualmente e ao longo deste trabalho, fomos deixando transparecer acerca da nossa própria opinião sobre esta ou aquela posição deste ou daquele autor, não é o reflexo de alguém que só teve ataques de caspa. Não. São, isso sim, o eco de alguém que – de modo perfeitamente lúcido, embora certamente muito condicionado – já chegou, em alguns daqueloutros episódios, a pedir a Deus que o abraçasse pela mãe-morte. Deste modo, não há como negar – e se o fizéssemos estaríamos a ser, pelo menos, dissimulados – que muito daquilo com que acabámos por contactar, para a realização deste estudo, nos levantou imensas interrogações, que, em nosso entender, podem ser perfeitamente sintetizadas numa simples questão: vivemos, ou alguma vez viveremos, tudo o que foi sendo apontado como o mais caracteristicamente cristão? Não sabemos, mas gostaríamos de, confiando na graça de Deus, acreditar que “sim”.

Seja como for e com isto bem esclarecido, pensamos ter logrado atingir, ainda que dentro de evidentes limites internos e externos às nossas competências, os propósitos que enunciámos na Introdução deste trabalho. Recuperando os pequenos títulos que fomos dando aos apartados deste estudo, podemos aduzir que – para os Padres da Igreja, enquanto preocupados sobretudo em serem guias espirituais na fé daqueles a quem Deus confiou ao seu encargo – a “eutanásia”, enquanto um voluntário e consciente suprir humano de uma

vida humana – e que deve ser vivida entre o apego autocrático à vida, fruto de um medo patológico pela morte, e o deixar-se apegar pela Vida, através de uma páscoa para Deus –, surge claramente reprovada. E esta ocorrência, porquanto tida como uma opção próxima de um suicídio que – entendido como um auto-homicídio, que se encontra sempre entre uma tentação e um padecimento eterno – se distingue de um martírio que, por seu lado, deve ser sempre vivido na linha de flutuação espiritual característica de uma via-média entre o aquiescer à apostasia e a rejeição da provocação.

É evidente que os antes mencionados limites estão patentes ao longo da nossa exposição, e, assim, a mesma não é o que poderia ter sido. Todavia e em nosso entender, isso talvez não seja só, nem propriamente, um mal. Contudo, só não o será se o nosso leitor, estando tão consciente dos mesmos como nós estamos, vier a deixar-se estimular pelos alvos que eles deixaram de atingir. De todos os modos – e salvo um nosso eventual erro de apreciação, que muito agradeceríamos que nos fosse feito notar –, um patamar mínimo parece ter sido por nós logrado com este breve estudo pensado, e rapidamente executado, para o presente número da revista *Humanística e Teologia*. Um trabalho que muito gostaríamos que, se não vier a ser reconhecido pelo seu eventual valor inerente, pudesse ter alguma valia enquanto fulcro para que outros esforços possam vir a ser intentados, seja por nós, seja por quem, porventura, vier a ficar com o desejo de aprofundar, ou até corrigir, o que fomos referindo nas páginas anteriores.

Agora, chegados a este ponto deste texto, resta-nos ir à morte – particularmente ao egoísmo e através das nossas decisões quotidianas –, que a Vida, essa, como disse Charles Kingsley, é certa, pois não é senão o Deus-Amor no Seu máximo resplendor de eterna circulação incessante de amor oferecido e acolhido.